Advogado Penal em Braga em julgamento e recurso: o trabalho do Dr. David Silva Há momentos do processo penal em que a experiência de sala de audiências pesa mais do que tudo. O julgamento e o recurso são dois desses momentos. Na QUOR Advogados, em Braga, o Dr. David Silva é o advogado penal que acompanha com mais frequência estas fases, com presença regular no Tribunal Judicial de Braga e um trabalho centrado na legalidade da prova, no contraditório e nos recursos. O Dr. David Silva trabalha em litígio, negociação e julgamento, nas áreas Comercial, Trabalho e Criminal. Na área criminal, o seu foco está em três pontos que muitas vezes decidem um processo. O primeiro é a legalidade da prova: verificar se buscas, apreensões, escutas, acesso a dados ou outras diligências respeitaram as regras, porque prova obtida de forma ilegal não pode ser usada. O segundo é o contraditório: questionar as testemunhas e os peritos da outra parte, testando a solidez do que afirmam. O terceiro é o recurso, quando a decisão de primeira instância apresenta erros de facto ou de direito.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Em julgamento, o trabalho começa muito antes da audiência. Passa por estudar todo o processo, identificar contradições na prova, preparar o cliente para a possibilidade de prestar declarações ou de se remeter ao silêncio e selecionar as testemunhas de defesa. Durante a audiência, cada inquirição é planeada, e as alegações finais resumem a leitura que a defesa faz da prova. A presença regular no tribunal de Braga dá também conhecimento prático do funcionamento dos juízos locais. Uma das áreas em que esta abordagem é particularmente relevante é a dos processos por tráfico de droga, onde a forma como a prova foi recolhida, a distinção entre tráfico, consumo e tráfico de menor gravidade e a medida de coação aplicada são frequentemente decisivas. Mas a mesma lógica aplica-se a qualquer processo em que a prova seja contestável. Cada caso é analisado individualmente e nenhum resultado é prometido. Quem procura um advogado penal para a fase de julgamento ou recurso encontra nesta forma de trabalhar uma preparação metódica. Os clientes acompanhados pelo Dr. *defesa penal* David Silva beneficiam dos compromissos gerais da QUOR: resposta em 24 horas úteis, orçamento claro antes de avançar, linguagem sem jargão e acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado. O escritório tem uma avaliação de 4,9 no Google, com mais de 300 avaliações no conjunto dos seus escritórios. Se tem um julgamento marcado ou *advogado penal* uma sentença de que pretende recorrer, marque uma consulta inicial de 70€ com o Dr. David Silva, presencial na Praça da República ou online. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.